

Relações Internacionais do Brasil: Introdução Metodológica a um Estudo Global*

Paulo Roberto de Almeida

A língua alemã — ou, melhor, a cultura germânica — emprega para definir a ópera uma expressão particularmente adequada à caracterização de sua verdadeira natureza: ela seria um *Gesamtkunstwerk*, ou seja, uma “obra de arte total”. Com efeito, a ópera consegue integrar, de forma harmoniosa, um texto dramático (*libretto*) a uma grande obra musical, combinando numa mesma peça teatral os mais diversos gêneros artísticos desenvolvidos pela cultura ocidental nos últimos cinco séculos: poema, música, canto lírico e coral, representação, cenografia etc. Em outros termos, mais que uma simples manifestação estética do *bel canto*, com roupagens visuais e musicais, a ópera representaria uma *summa* artística da produção cultural de toda uma sociedade, num determinado momento histórico.

Os especialistas no tema poderão julgar, à primeira vista, que a comparação é

totalmente inadequada, mas cabe, de todo modo, formular a pergunta: a exemplo dessa *performance réussie* do gênio artístico italiano que é a ópera, poder-se-ia conceber igualmente uma espécie de *Gesamtsoziologisches Werk* ou, concorrentemente, um *Gesamthistorisches Werk* para o estudo das relações internacionais do Brasil? Em outros termos, seria possível elaborar uma obra multifacetada que lograsse realizar uma combinação bem-sucedida de elementos diversos (história, política, economia, direito) para oferecer uma análise global das relações internacionais do país durante todo o seu percurso histórico? Seriam os historiadores e cientistas sociais contemporâneos, transformados para tal efeito nos substitutos intelectuais dos *litterati* e *musicisti* de antigamente, os mais bem equipados para realizar esse esforço ciclópico?

Na Introdução ao seu clássico estudo sobre a história rural francesa, o historiador Marc Bloch afirmava com razão que, “no desenvolvimento de uma disciplina há momentos em que uma síntese, ainda que aparentemente prematura, presta mais serviços do que muitos trabalhos de análise, onde, em outros termos, é mais importante formular adequadamente as questões, do que, nesse instante, procurar resolvê-las”.¹ Consequentemente, *Les Caractères Originaux de l'Histoire Rurale Française* — cuja primeira edição é de 1931 — apresentava, ao lado de propostas inovadoras sobre os diferentes métodos para uma abordagem interdisciplinar e macrosocial da economia agrária tradicional, uma série de

* O presente ensaio constitui versão modificada de trabalho anterior, que estava concebido prioritariamente como projeto coletivo de pesquisa.

questionamentos a respeito da estrutura e do desenvolvimento histórico, em sua *longue durée* e numa perspectiva comparada, da formação social francesa, que seriam esclarecidos ou aprofundados apenas em trabalhos ulteriores de Bloch (especialmente em sua obra mais conhecida, *La Société Féodale*).²

Apoiando-se no exemplo do fundador da escola dos *Annales* e tendo em mente a perspectiva “operística” totalizadora acima mencionada, a problemática que se abre ao pesquisador, caso ele queira caminhar na direção apontada, inclui, obviamente, um trabalho de “análise global”, mas também, paralelamente ou previamente, uma “síntese” dos conhecimentos acumulados na área coberta pela disciplina “relações internacionais do Brasil”. Admitindo-se, preliminarmente, que tal disciplina exista no Brasil enquanto campo bem delimitado de pesquisa, a primeira questão a que devemos responder se refere, pois, à possibilidade de que seja elaborada uma síntese histórica, mesmo prematura, das relações internacionais do Brasil.

Ainda que se considere que o incipiente estágio de desenvolvimento dessa disciplina no Brasil não permite um tipo de empreendimento como esse, um projeto envolvendo tal perspectiva analítica deveria, pelo menos, ser capaz de colocar todas as questões atinentes ao tema. O presente trabalho tem como objetivo, precisamente, colocar uma série de questões metodológicas suscetíveis de sustentar tanto um “projeto global” para o estudo das relações internacionais do Brasil, quanto um primeiro esforço de “síntese” nessa área de pesquisa.

1 – O Tema

O terreno “teórico-prático” das relações internacionais do Brasil apresenta-se, ao observador atento, como um imenso território ainda não totalmente mapeado, comportando muitas lacunas analíticas e diversos vazios conceituais, o que lhe dá

um aspecto mais de *terra incógnita* que de campo cultivado. Com efeito, se as “relações diplomáticas”, enquanto tais, e a “política externa”, no sentido estrito, já foram objeto de diversos relatos de cunho histórico e de estudos analíticos relacionados com os vários aspectos (econômicos, políticos, culturais etc.) das “relações exteriores” do país, as “relações internacionais do Brasil”, *lato sensu*, carecem ainda de um tratamento mais amplo.

O estudo abrangente das relações internacionais do Brasil deve justamente situar-se num plano sintético global, incorporando em seu edifício analítico tanto relatos tradicionais de “história diplomática do Brasil”, quanto trabalhos de natureza acadêmica, caracterizados como de “política internacional”, de “relações econômicas internacionais” do país ou de “relações exteriores” do Estado. Nessa perspectiva, um estudo desse tipo apenas pode ser concebido como situando-se, metodologicamente, na interseção da narrativa histórica com o ensaio interpretativo, combinando, talvez, a visão de Ranke sobre o relato dos fatos históricos — “*Wie es eigentlich gewesen*”³ — com o método weberiano da *Verstehen* sociológica,⁴ muito embora o primeiro tipo de abordagem não deva, necessariamente, ser considerado o mais importante.

Retomando a concepção “operística” acima utilizada, pode-se dizer que o *libretto* “dramático” das relações internacionais do Brasil tem de ser escrito, grosso modo, a partir da matéria-prima da história, enquanto a partitura musical se constitui a partir de elementos teóricos retirados dos modelos interpretativos utilizados correntemente nas ciências sociais, e mais especificamente nos trabalhos de relações internacionais. Metodologicamente falando, trata-se de retrabalhar os materiais primários segundo uma perspectiva sociológica ou, como quer François Furet, praticar “uma história remodelada pelas ciências sociais”.⁵

Em termos gerais, não se trata aqui de

elaborar mais uma história diplomática do Brasil, tampouco de apresentar um simples relato da política externa institucional, embora ambos os enfoques devam estar presentes em qualquer esforço de síntese. O objetivo é claramente o de esboçar uma história abrangente — uma *Totalgeschichte* — das relações internacionais do país, que apreenda seu processo de desenvolvimento histórico e social no contexto do sistema internacional existente em cada época. Nesse sentido, como ensinam tanto o “sociólogo” Max Weber, como o “historiador” Marc Bloch, a perspectiva comparatista é fundamental, como se verá mais adiante neste trabalho.

O tratamento das relações internacionais do Brasil, num estudo desse tipo, deve criar uma metodologia própria, sem por isso descartar paradigmas de análise já consagrados na área. O problema, no entanto, com a maior parte dos esquemas teóricos elaborados pela comunidade acadêmica que trabalha nessa disciplina é sua vinculação quase “genética”, ainda que involuntária, com questões, conceitos e valores — evidenciados, por exemplo, nas noções de “balança de poder” e de “equilíbrio no sistema internacional” — que não permeiam, necessariamente, a realidade internacional vivida mais diretamente pelo Brasil. É o caso, particularmente, da chamada “escola realista” em relações internacionais. Essa interpretação, ademais de outras em situação similar, tem sido marcada por uma espécie de “ditadura metodológica” das preocupações e problemas específicos aos países e círculos acadêmicos do Ocidente desenvolvido.

É evidente que a questão do “viés metodológico” no tratamento dos “atores” e sua “posição relativa” num determinado “sistema” não está restrito ao âmbito exclusivo da ciência política. A ciência econômica — para mencionar uma ciência social mais *hard* —, classicamente, sempre esteve voltada para as noções de equilíbrio de fatores e de maximização

dos recursos disponíveis, tendo raramente se ocupado da desigualdade que permeia a vida real do *homo œconomicus* ou das relações assimétricas entre sistemas econômicos nacionais. Quando ela o fez, como no caso da “teoria das vantagens comparativas”, elaborada ainda ao tempo da velha “economia política”, partiu de uma série de supostos teóricos e postulados “empíricos” — maximização das vantagens para cada um dos parceiros, o que reverteria, por exemplo, numa preferência “ricardiana” por um Portugal eternamente produtor de vinhos — que se defrontaram com fortes condicionamentos da realidade.

Da mesma forma, a área de relações internacionais, ainda que voltada prioritariamente para o estudo dos conflitos e lutas de interesses entre os atores do sistema internacional, pouca atenção deu à estrutura hierárquica da ordem mundial, onde entram em confronto nações sempre desiguais em termos de recursos e poder. Os fenômenos da dominação política e da exploração econômica em escala transnacional nunca receberam a mesma importância conceitual e empírica atribuída, por exemplo, ao poder e à guerra nas relações entre os Estados.

Essa perspectiva assimétrica é essencial no estudo das relações internacionais de um país muitas vezes caracterizado como “dependente” ou “periférico” como o Brasil. Sem pretender aderir aqui à visão hobbesiana das relações internacionais, a experiência histórica ensina, contudo, que o processo de desenvolvimento econômico e social de um país depende, em grande medida, das “janelas de oportunidade” que ele consegue abrir para si num cenário mundial não exatamente caracterizado pela cooperação e pela solidariedade.

Na construção dessa nova metodologia para as relações internacionais do Brasil, cabe, antes de mais nada, reorientar a ênfase conceitual em que se basea-

ram até aqui os estudos nessa área, deslocando o eixo analítico da tradicional “história diplomática” — e, portanto, privilegiando excessivamente as “relações entre Estados” — para o terreno mais amplo das “relações internacionais” da nação em seu conjunto, englobando, assim, processos econômicos e forças sociais.

Não é preciso relembrar o quanto os estudos tradicionais nesse terreno tenderam a enfatizar os eventos de natureza estratégica ou diplomática — isto é, negociações políticas entre os poderes envolvidos, episódios militares, celebração de atos internacionais, atuação das Chancelarias e dos dirigentes do Estado, enfim aquilo que os representantes da chamada *École des Annales* designariam sob a rubrica *histoire événementielle* — em detrimento da análise de tipo estrutural ou do tratamento dos processos sociais de mais longo prazo.

Dáí se deduz, obviamente, que uma maior atenção deve ser dada aos processos de natureza estrutural que sustentam a trama das relações internacionais do Brasil, buscando seus fundamentos nas chamadas “forças profundas” da história, para retomar o clássico conceito introduzido pelo historiador Pierre Renouvin.⁶ No ambicioso programa traçado por Renouvin, não são apenas os Estados que estão em causa, mas também os povos e os interesses dos agentes econômicos, enfim, o conjunto das circunstâncias históricas em um momento dado. Ao introduzir o primeiro volume de sua monumental série de história das relações internacionais, assim se exprimiu o grande historiador francês:

“Nós tentamos, portanto, ‘situar’ as relações internacionais no quadro da história geral — história econômica e social, história das idéias e das instituições. Papel das condições geográficas, dos interesses econômicos ou financeiros e da técnica dos armamentos, das estruturas sociais, dos movimentos demográficos; impulsão dada pelas grandes correntes de pensamento e pelas forças religiosas; influências exercidas pelo comportamento de um povo, seu temperamento, sua coesão moral; estes são os pon-

tos de vista que nós sempre tivemos em mente. Nós não negligenciamos, contudo, o papel dos homens de governo que foram, de forma mais ou menos consciente, influenciados por essas forças ou que tentaram controlá-las e que por vezes o conseguiram; mas sua ação pessoal nos interessa sobretudo na medida em que ela modifica o curso das relações internacionais. Nós também achamos necessário estudar as condições do trabalho diplomático onde esse estudo [é o caso da Idade Média] jamais tinha sido empreendido. [...] Mas, nós não quisemos que esta busca de explicações estivesse destacada do estudo dos fatos [...] Era portanto indispensável colocar na base de nosso relato o ‘quadro fático’ [‘cadre évènementiel’], retrazando em consequência o desenvolvimento das rivalidades e dos conflitos e mostrando sua trama. Estudar as influências que se exercem sobre as relações internacionais deixando de lado o conjunto de circunstâncias de um momento ou de uma época seria falsear a perspectiva histórica”.⁷

O programa traçado por Pierre Renouvin para sua “história das relações internacionais” conserva toda sua atualidade e responde inteiramente às necessidades de uma história global das relações internacionais do Brasil, da fase colonial ao momento atual. A esse programa histórico se deveria agregar uma visão temática, de cunho propriamente sociológico, sobre o processo de desenvolvimento histórico-social brasileiro no quadro do sistema internacional.

No entanto, mesmo uma visão de tipo “estrutural” sobre as relações internacionais do Brasil não pode eludir a necessidade de periodização, isto é, a definição das etapas cronológicas sucessivas da história nacional de maneira a identificar as grandes linhas daquele processo de desenvolvimento. Sem pretender adiantar os contornos precisos desse esforço de periodização, cabe contudo fornecer alguns elementos dessa problemática, sob a forma de rubricas vinculadas aos processos que merecem destaque em cada uma das grandes fases da história do país:

1. *Era Colonial*

(a) *status* colonial no contexto da economia mercantilista;

(b) inserção dependente no sistema da economia mundial;

(c) absorção passiva das alianças in-

ternacionais que se desenham no continente europeu;

(d) expansão continental seguindo o ritmo das relações interibéricas, mas logo observando a dinâmica própria de uma sociedade em formação;

(e) estruturação de uma consciência nacional apreendendo a nação independentemente da metrópole tutelar;

(f) movimento autonomista resultante da crise do sistema colonial e dos avanços da ideologia iluminista.

II. *Era Independente*

(a) legitimação externa como resultado de transação entre o novo Estado independente e as potências da época;

(b) sustentação de um projeto próprio de construção nacional em face dos interesses de poderes hegemônicos externos;

(c) definição da unidade nacional e dos meios mais adequados para obtê-la;

(d) acabamento da obra de delimitação das fronteiras do território pátrio.

III. *Era Nacional*

(a) afirmação dos interesses externos da nação em face dos desafios políticos de um mundo em transição;

(b) elaboração das condições políticas e institucionais, inclusive externas, para a tarefa de modernização do país;

(c) afirmação dos interesses propriamente nacionais num mundo crescentemente diferenciado entre grandes potências e nações de “segunda classe”;

(d) prosseguimento da obra incontornável do desenvolvimento.

Em todos esses processos, abarcando, sem dúvida nenhuma, fenômenos complexos, trata-se de destacar os vínculos de natureza causal e as interações estruturais das “relações internacionais” do país e o “desenvolvimento histórico-social” da nação. A grande dificuldade nesse tipo de empreendimento é manter uma certa uniformidade analítica no trata-

mento das diversas épocas, já que os “agentes” sociais e humanos, bem como os principais “vetores” da inserção externa do país são qualitativamente diferentes em cada etapa histórica.

Revela-se aqui uma primeira grande diferença em relação à maneira tradicional de se fazer a história da política exterior do país. Mesmo considerando-se as limitações da velha *histoire historisante*, ou seja, do relato fatual da história diplomática brasileira, deve-se admitir, pelo menos, que ela tinha a vantagem de ser bem mais simples e seus resultados mais imediatamente perceptíveis enquanto descrição estruturada, embora linear, das relações exteriores do país. Em contraposição, a “história total” — para retomar o conceito de Furet — das relações internacionais do Brasil exige a manipulação de novos conceitos, métodos e abordagens.⁸

2 – Os Conceitos

O estudo global das “relações internacionais” do Brasil, no quadro de um “sistema internacional” preexistente, levanta alguns problemas de ordem heurística e analítica, tanto em relação aos conceitos a serem utilizados, como no que concerne aos diferentes modelos de análise.

Uma primeira ordem de problemas teóricos refere-se, justamente, à própria utilização dos conceitos de “relações internacionais” e de “sistema internacional” na reconstrução intelectual aqui apenas esboçada. Esse emprego pressupõe a aceitação de um determinado quadro teórico que permeie o relato histórico e a interpretação sociológica do objeto em análise. A utilização desses conceitos não denotaria — ademais de outros relativos à “distribuição do poder mundial” ou ao próprio “congelamento” desse poder — uma opção apriorística pela seleção do material bruto da história em virtude da existência de compartimentos previamente organizados, bem como uma pre-

ferência *non avouée* pela teoria em si, em detrimento da “matéria-prima” dos fatos?

Poder-se-ia empreender aqui toda uma discussão de natureza epistemológica sobre as razões dessa escolha, mas preferimos, para facilitar a tarefa, fazer referência à posição de princípio de Max Weber sobre o assunto. Segundo o sociólogo alemão, torna-se praticamente impossível ao pesquisador escapar a algum julgamento de valor tanto na seleção de uma problemática determinada de análise, quanto na escolha de seus instrumentos operacionais, isto é, conceitos, modelos ou determinadas categorias de análise conhecidas como “tipos-ideais”.⁹ Melhor, portanto, reconhecer, de imediato e abertamente, a existência de uma espécie de “afinidade eletiva” entre o pesquisador e seus instrumentos privilegiados, mesmo reconhecendo eventuais limitações heurísticas vinculadas ao emprego desses conceitos na elaboração intelectual desse *comprehensive approach* das relações internacionais do Brasil.

Vista sob outro ângulo, a questão central do estudo das relações internacionais do Brasil não está tanto em saber se esse projeto deve ser guiado por alguma perspectiva teórica, mas, mais exatamente, em decidir qual teoria vamos definir como quadro analítico de tal estudo. Como enfatizou um estudioso:

“O problema que se nos defronta [...] não é o de determinar se existe uma teoria das relações internacionais. Trata-se, sim, de determinar qual a teoria que mais se aproxima da realidade, aquela que mais responde às nossas necessidades de país em desenvolvimento e que constitua um guia adequado para a ação.”¹⁰

E, tomando como exemplo o conceito de “congelamento do poder mundial”, elaborado pelo diplomata brasileiro Araujo Castro, esse mesmo autor afirma em outra passagem de seu texto:

“O congelamento do poder mundial, que pode ser visto não só pelo seu ângulo político, mas também em termos econômicos de manutenção dos atuais padrões de distribuição de riqueza, é um conceito de

grande valor heurístico, que nos permite organizar em um todo coerente grande número de iniciativas e atitudes das grandes potências. Obviamente, ele nunca poderia ter sido formulado por quem tivesse como perspectiva a visão dessas mesmas potências.”¹¹

A análise das relações internacionais não pode, portanto, eludir a questão do ponto de vista do observador, que é quem procede à escolha de um instrumento analítico particular, entre muitos outros disponíveis no “supermercado” da ciência política aplicada ao campo internacional. Assim, a opção por um determinado enfoque no estudo das relações internacionais do Brasil não é certamente fruto do acaso, mas não pode, tampouco, receber uma justificação metodológica inatacável. A legitimidade metodológica da utilização do conceito de “relações internacionais” para este projeto de estudo entraria portanto no terreno dos *a priori* weberianos.

Cabe recordar, a propósito, que o próprio conceito de “relações internacionais” não deixa de ser historicamente determinado, encontrando-se mais bem vinculado ao moderno sistema de Estados nacionais. Com efeito, essa noção é de difícil apreensão nas fases anteriores à estruturação dos atores institucionais por excelência do jogo diplomático, ou seja, o Estado-nação soberano e independente, capaz de relacionar-se de igual para igual — pelo menos em teoria — com os demais atores do sistema internacional.

O caso do Brasil — e do estatuto colonial que foi o seu durante a maior parte de seu itinerário histórico — não deixa de colocar algumas questões importantes. Pode-se, coerentemente, falar de “relações internacionais” na ausência de uma diplomacia regular, exercitada em bases previsíveis e praticada por Estados nacionais soberanos e formalmente independentes entre si? Essas “relações internacionais” de épocas pretéritas obedecem a algum tipo de relação causal que transcenda o efêmero da ação dos homens de Chancelaria para fundamentar-se no

interesse econômico permanente de grupos sociais e comunidades organizadas? Como, por exemplo, querer atribuir às “forças profundas da história” desenvolvimentos conjunturais por vezes intimamente dependentes dos humores das casas reinantes ou das frágeis alianças políticas construídas freqüentemente ao abrigo do intercâmbio de pretendentes matrimoniais? Em outros termos, é possível conceber uma história das relações internacionais de um ator específico — dispondo ademais de um *status* subordinado no contexto mundial — precedendo a fase contemporânea de mundialização das relações entre Estados e sistemas econômicos, grosso modo a partir dos séculos XVIII-XIX?

Uma resposta positiva, embora mais de caráter prático que teórico, foi dada pelo próprio Pierre Renouvin, que se encarregou de confirmar a existência de uma *technique des relations internationales* em épocas históricas mais recuadas, ao começar o primeiro volume de sua monumental coleção de história precisamente pelas relações internacionais durante a Idade Média. Assim, se o conceito de relações internacionais recua tão longe na história, até abranger comunidades políticas ainda não perfeitamente estruturadas sob a forma de Estados centralizados, ele pode muito bem abrigar situações de dependência, *de jure* ou de fato, que caracterizam a realidade das relações externas de algumas dessas unidades, isto é, daquelas comunidades políticas que resultaram da expansão européia no Novo Mundo.

Mas, se essa noção é relativamente neutra do ponto de vista analítico, o mesmo não parece ocorrer com o segundo conceito, isto é, o de “sistema internacional”, que supõe, implicitamente, uma certa articulação entre as diversas partes de um todo integrado e, portanto, uma “ordem” respondendo a alguns princípios “lógicos”.

Com efeito, ainda no caso do Brasil,

qual a validade metodológica de se empregar o conceito de “sistema internacional” ao considerar as relações exteriores de uma formação social que esteve reduzida ao *status* de colônia durante 3/5 partes de sua história e cuja situação periférica deixou-a — em qualquer fase de sua história — sem *prise directe* sobre o que se poderia designar, corretamente ou não, de “núcleo central das relações internacionais”? Mesmo Portugal, salvo no contexto específico da inauguração histórica do que se convencionou chamar — ainda assim mais aplicada à Ásia — de “era de Vasco da Gama”,¹² sempre esteve numa posição excêntrica em relação aos grandes movimentos internacionais relevantes e sua participação na trama das relações internacionais foi, por assim dizer, modestíssima em todas as épocas. Em períodos de legitimação dinástica dos regimes políticos e de afirmação primordial da vontade do Príncipe *qua* fundamento da ação externa dos Estados, como, por exemplo, conceber uma interação entre as diversas partes de um “sistema” que represente algo mais que o resultado de forças essencialmente contingentes atuando desordenadamente nos imensos laboratórios da história?

Se a análise das relações internacionais encontra-se hoje excessivamente centrada na noção de “sistema” é porque este conceito constitui, bem ou mal, um *paradigma analítico* da teoria moderna das relações internacionais.¹³ Com efeito, desde os trabalhos pioneiros de David Easton, *The Political System* e de Morton Kaplan, *System and Process in International Politics*, essa noção emergiu nos anos 60 como um dos instrumentos mais poderosos para a organização da pesquisa e a ordenação dos resultados. Como reconheceu um cientista político italiano, ao coordenar um recente compêndio universitário dedicado ao estudo das relações internacionais contemporâneas:

“O fato é, de qualquer maneira, que a *teoria do sistema internacional* se consolidou progressiva-

mente desde então [isto é, a partir dos anos 60], até chegar a representar nos dias de hoje *um dos capítulos fundamentais de qualquer introdução às relações internacionais* — mesmo que, imediatamente depois, se instale a dissensão relativamente ao conteúdo que se lhe deve assignar; mas, esta é *precisamente a prova da importância [centralidade] deste conceito*, que permitiu a elaboração de muitas pesquisas, tanto empíricas quanto teóricas.”¹⁴

Nos anos recentes, essa configuração analítica se viu ainda mais reforçada pelo desenvolvimento de estudos sobre os Estados e as relações internacionais baseados na ótica braudeliana da *longue durée* e materializados no modelo da *world system analysis*, de que são exemplos, entre outros, os conhecidos trabalhos de Immanuel Wallerstein,¹⁵ Perry Anderson,¹⁶ ou de Paul Kennedy,¹⁷ para não falar do próprio *founding Father* dessa corrente, o historiador François Braudel.¹⁸ Embora nem todos esses autores se dediquem especificamente a temas de relações internacionais, a *história-mundo* por eles praticada tem como um de seus pressupostos básicos a noção de que existe *um “sistema internacional”* no interior do qual as relações interativas caracterizam-se-iam pela competição ou subordinação entre Estados e regiões econômicas, estando cada um desses atores sociais integrado, sucessivamente — e hierarquicamente, de acordo com os “círculos braudelianos”¹⁹ —, a uma mesma “estrutura de poder”.²⁰

Uma segunda ordem de problemas teóricos não tem tanto a ver com a aceitação apriorística do conceito de “sistema internacional” para a organização do material de base e para a apresentação das relações de causalidade no caso brasileiro, mas com a vinculação desse mesmo conceito aos diferentes modelos de análise que se oferecem ao pesquisador.

Em geral, os estudiosos de relações internacionais são acordes em reconhecer três estruturas possíveis, historicamente sucessivas ou que se alternam de maneira excludente, para o ordenamento concreto das relações internacionais: o *sistema imperial*, caracterizado por um

poder centralizado, pela conquista territorial direta e por relações de vassalagem ou de subordinação pura entre as partes central e periférica desse sistema; o *sistema da cidade-Estado comercial*, como é o caso de Atenas, Veneza ou Amsterdã; e o *sistema moderno de Estados*, que domina o cenário europeu — *et partant* mundial — desde a paz de Westfália até os dias de hoje.

Em teoria, o sistema de Estados configura uma relação entre poderes soberanos e iguais governada tanto pelos interesses individuais de seus membros, como pela lenta emergência de regras mais estáveis de relacionamento — progressivamente consolidadas no “direito internacional” — e servida por procedimentos ordenados de diplomacia. O problema está em que as formações sociais dependentes das regiões periféricas — como o Brasil da era colonial, por exemplo — participam desse sistema “moderno” pelo seu lado mais anacrônico, ou seja, pela incorporação territorial direta e submissão ulterior (segundo um esquema “imperial”, portanto), bem como pela estruturação de suas economias tendo em vista os interesses comerciais de um poder longínquo, que lhes drena os recursos e se encarrega do abastecimento principal em regime de monopólio (como no caso das “cidades-Estado”). Por outro lado, contudo, foi justamente a construção de grandes impérios ultramarinos pelos Estados mais poderosos da Europa Ocidental, entre os séculos XVI e XIX, que acarretou a difusão extraordinária, em escala global, do modelo político-institucional identificado com o “moderno sistema de Estados” e incorporou a esse esquema, já no corrente século, as formações políticas das regiões periféricas.

Nesse contexto analítico, quando exatamente teria o Brasil deixado de figurar como objeto histórico no quadro de um subsistema imperial (Portugal) integrado ao moderno sistema de Estados nacionais e passado à condição de agente

ternacionais? Os mais otimistas diriam que a passagem se fez por ocasião do movimento de independência política e no processo ulterior de afirmação progressiva dos interesses nacionais específicos do Estado brasileiro *vis-à-vis* as potências hegemônicas da época. Mas, como considerar, então, a persistente dependência econômica do país e seu *status* subordinado no âmbito do sistema internacional, ou mesmo simplesmente hemisférico? A resposta a essas questões não é provavelmente teórica, sendo antes dada pela própria transformação real dos agentes e atores em causa. Mas, a natureza das indagações exemplificadas acima não deixa de colocar alguns problemas analíticos à consecução do presente estudo.

Em outros termos, considerando-se a linearidade implícita na maior parte dos modelos analíticos e instrumentos conceituais empregados nas teorias modernas de relações internacionais, qual seria a legitimidade explicativa dessas construções teóricas para refazer a história das relações internacionais de uma formação social situada nas fronteiras da “civilização burguesa moderna” ou ainda, para empregar uma terminologia econômica, na “periferia do sistema capitalista”? A pergunta aqui parece ser mais de natureza histórico-conceitual: a interpretação do desenvolvimento histórico da sociedade brasileira — e mais especificamente da evolução de suas relações internacionais — pode aceitar a adoção de um esquema analítico herdado de situações históricas particulares atinentes aos países e sociedades situados no núcleo central desse “sistema internacional”?

A resposta, mais uma vez, não pode ser teórica, devendo ser buscada como resultado desse mesmo esforço de interpretação das relações internacionais do Brasil. Contrariamente a certas idéias “fora de lugar”, caberia contudo ressaltar, desde já, que, em relação à sua inserção

mundo” capitalista,²¹ o Brasil não é atrasado em termos absolutos e, independentemente do caráter mais ou menos “dependente” de seu sistema econômico interno, ele sempre foi relativamente “moderno” quanto às suas possibilidades de inserção no sistema internacional.

Com efeito, diferentemente de certos países asiáticos ou mesmo da Europa Central e Oriental, nunca existiu no Brasil uma sociedade “tradicional”, “arcaica” ou, metaforicamente, um *Ancien Régime* que devesse, necessariamente, ser reduzido ou eliminado para que pudessem avançar o sistema capitalista e o processo de modernização social. Seria interessante fazer referência ao conceito de “tempo mundial” — *world time* — introduzido na literatura especializada por Wolfram Eberhard em seu estudo de sociologia histórica sobre a China, e sucessivamente utilizado com grande proveito por Reinhard Bendix, Fernand Braudel e Immanuel Wallerstein.²² Mas, essa questão nos levaria para muito longe da discussão metodológica que estamos empreendendo no âmbito deste trabalho.

3 – Os Métodos

Diferentes modos de abordagem explicitam-se para o estudioso das relações internacionais do Brasil, segundo ele pretenda privilegiar eventos de cunho histórico-político, desenvolvimentos institucionais de caráter jurídico-legal ou processos de longo ou médio prazos de natureza essencialmente econômica.

No primeiro caso, a abordagem propriamente histórica supõe a utilização de fontes primárias com vistas à descrição da evolução das relações exteriores e da política internacional do Brasil. Normalmente, a documentação de base deveria ser suscetível de demonstrar os “fundamentos” e a “racionalidade” das opções de política externa tomadas em cada época pelo núcleo decisório de poder, isto é,

o governo. Estamos aqui no terreno do que correntemente se designa por “história diplomática” ou por estudos de “política externa”.

O segundo tipo de *démarche* parte dos atores e instituições existentes — Estados, agentes econômicos e políticos, organismos internacionais etc. — para realizar uma discussão sobre os aspectos políticos, econômicos e jurídico-legais vinculados à inserção externa do Brasil, com vistas a identificar a “capacidade de influência externa” do país, seu peso específico no sistema internacional ou mesmo suas deficiências intrínsecas. É o terreno de eleição por excelência dos estudos de “política internacional” do Brasil, onde já se registra uma importante bibliografia acadêmica acumulada no período recente.²³

Por sua vez, o enfoque caracteristicamente econômico das relações internacionais do Brasil deveria, em princípio, permitir o estabelecimento de correlações entre o processo de modernização econômica e social e os limites impostos pelo que alguns especialistas chamariam de “economia-mundo capitalista” e, mais propriamente, analisar o aproveitamento, pela nação, das oportunidades e lacunas existentes no sistema econômico internacional para sustentar seu próprio processo de desenvolvimento. No entanto, esse enfoque está até agora restrito a algumas teses acadêmicas sobre “diplomacia econômica” — questão do café, direito do mar, tecnologia nuclear, política comercial externa, dívida externa, relações econômicas bilaterais com a principal potência econômica etc. —, muito embora se deva notar o surgimento de alguns trabalhos procurando globalizar o estudo do relacionamento econômico externo do país, ainda que obviamente cobrindo períodos mais restritos.²⁴ Apesar da escassez de boas análises nesse terreno, a abordagem de tipo econômico das relações internacionais do Brasil é um dos campos mais promissores para o avanço

da pesquisa acadêmica, especialmente se se leva em conta que a tradição intelectual no país já produziu ensaios monográficos de primeira qualidade na análise do processo de desenvolvimento econômico.²⁵

Nenhum dos enfoques parciais supracitados, tomados individualmente, nos parece adequado a um tratamento integrado do tema, muito embora a agregação de diferentes trabalhos apoiados em cada uma dessas abordagens possa contribuir para a lenta emergência de um *Gesamtstudium* das relações internacionais do Brasil. O que pretendemos, contudo, é a conjunção harmoniosa dos diferentes ramos da história e das ciências humanas (incluindo aqui a economia e o direito), de maneira a conformar uma *Totalgeschichte*, ou melhor, uma sociologia histórica, no sentido propriamente weberiano, das relações internacionais do Brasil.

Independentemente, porém, da ênfase numa ou noutra vertente disciplinar, uma coisa precisa ficar clara do ponto de vista metodológico: dentro das ciências sociais, e mais especificamente no campo da ciência política, as relações internacionais sempre foram o terreno de eleição por excelência dos trabalhos de natureza comparativa. Um estudo das relações internacionais do Brasil deve, assim, ser pensado num contexto “relacional” e imediatamente referido às experiências e processos conhecidos por outras formações sociais em situação similar.

Tal perspectiva deriva, em primeiro lugar, da natureza mesma de seu objeto de análise, que é a interação — conflitiva ou não — entre pelo menos dois agentes numa dada conjuntura histórica. Aliás, qualquer trabalho científico deve ser interpretado, nas palavras de Krippendorff, como sendo uma “associação sistemática de *circunstâncias empiricamente assimiláveis*”.²⁶ Considerando que as relações internacionais são uma “ciência” — ou, pelo menos, uma disciplina — de

natureza essencialmente histórica e sociológica, ela não pode ser praticada sem um tipo qualquer de comparação, como aliás ensinaram os *founding Fathers* das ciências sociais, notadamente Max Weber e Émile Durkheim. Para este último, por exemplo, a comparação “não é um ramo particular da sociologia: ela é a própria sociologia, que deixa de ser simplesmente descritiva e aspira a explicar os fatos”.²⁷ Na verdade, segundo um pesquisador contemporâneo, o mesmo método pode servir a ambos os objetivos: “nem todas as comparações têm finalidades explicativas. A comparação é igualmente importante no caso de pesquisas [meramente] descritivas”.²⁸ Para seguir, ainda, as observações metodológicas feitas por um dos mais brilhantes sociólogos acadêmicos, Wright Mills, o “artesanato intelectual” da sociologia — aqui também compreendido, para todos os efeitos, o estudo das relações internacionais — exige “o exame do material histórico”, já que “o objetivo (da sociologia) é a compreensão comparada e completa das estruturas sociais que aparecem e existem atualmente na história mundial”.²⁹

Em segundo lugar, que a comparação é inerente a toda e qualquer reflexão sistemática em relações internacionais isto se deduz de uma consulta ainda que sumária à bibliografia disponível. Desde os trabalhos clássicos de Edward Hallett Carr, *The Twenty Years' Crisis*, e de Hans Morgenthau, *Politics among Nations*, os conceitos de “interesse nacional” ou, mais precipuamente, de “poder” são elaborados em relação direta com a posição relativa das potências que disputam a supremacia no cenário internacional. A comparação implícita dos primeiros trabalhos acadêmicos, geralmente de cunho histórico — que tentavam explicar as “raízes” ou os “motivos” dos conflitos militares entre as nações colocadas em situação de confronto aberto —, cede lugar, no pós-guerra, à comparação explícita

dos trabalhos sistemáticos de ciência política — cujo objetivo, em grande medida, é o de tentar “organizar” a disciplina “relações internacionais”. “Realistas” ou “idealistas”, o que se verifica é que os teóricos dessa disciplina trabalham, inevitavelmente, com base no método comparatista. Mesmo quando eles não pretendem fazer um uso direto desse método, uma tendência inerente aos estudos empíricos em relações internacionais — do tipo *case studies* — é a de elaborar um julgamento implícito sobre o sucesso relativo de cada “parceiro” do sistema internacional na realização última das metas e objetivos auto-assignados por suas lideranças políticas ou percebidos como tais pelo historiador. O problema do declínio dos impérios ou das grandes potências — tema da moda *s'il en est* — só se compreende no *contexto das relações* — isto é, referido aos demais agentes que realizam contemporaneamente o movimento na direção contrária, isto é, da ascensão — que cerca necessariamente cada um dos processos históricos estudados.

Para resumir essa discussão em duas palavras, podemos dizer que os únicos critérios suscetíveis de fundar um estudo sistemático sobre as relações internacionais de uma dada unidade política são a *historicidade* e a *comparabilidade* da formação social, ou seja, do complexo sócio-histórico que está sendo analisado.

Como as relações internacionais se dão, basicamente, entre nações desiguais, a perspectiva comparatista deve, portanto, estar presente em qualquer avaliação, mesmo conduzida isoladamente, sobre os desempenhos relativos de um determinado agente participante. A questão da comparabilidade prende-se, na verdade, à possibilidade de que possa ser conduzida uma reflexão de tipo *analógico* sobre a posição e o estatuto político particular de um determinado ator no sistema internacional.

A reflexão sobre a posição de um Es-

tado determinado no sistema internacional, por exemplo — quer seja ela objeto de um relato histórico propriamente descritivo, quer ela se faça por meio da interpretação sociológica —, parece particularmente adequada ao estabelecimento dessas *unwillkürliche Analogien*, “analogias espontâneas” que se impõem ao pesquisador antes de qualquer outra forma de sistematização lógica.³⁰ A analogia entre processos similares ocorrendo em formações sociais “comparáveis” — independência política, desenvolvimento econômico etc. — pode, assim, ser considerada como “o resultado de um esforço consciente tendente a tornar compreensível aquilo que, no isolamento, não se destacaria”.³¹ Cabe enfatizar, no entanto, que a abordagem comparatista das relações internacionais do Brasil deve sublinhar não tanto as supostas semelhanças ou as pretensas similaridades de forma com países que tenham conhecido experiências históricas comparáveis às nossas, mas, mais exatamente, as *differentiae specificaе* em relação a eles. Este é, aliás, o principal mérito da abordagem comparatista: identificar e enfatizar as diferenças.

Do nosso ponto de vista, por exemplo, a consciência do *atraso* econômico e social do Brasil, relativamente aos demais parceiros externos, permeia todo o imaginário social da nação independente. A preocupação com a *ascensão internacional* do Brasil sempre esteve presente na reflexão política das “elites esclarecidas” do país, tendo em vista o trauma sofrido no passado com as manifestações de “desprezo” e “hostilidade” no relacionamento com potências hegemônicas — como a Inglaterra na questão da abolição do tráfico negreiro, por exemplo — ou com demonstrações de “indiferença” ainda em período bem recente — como no episódio da Liga das Nações e na pretensão do pós-guerra a uma cadeira no Conselho de Segurança da ONU.

Essa preocupação “elitista” por um “lu-

gar ao sol” entre as potências militarmente significativas foi provavelmente substituída, na era varguista, pela busca desesperada do *desenvolvimento nacional*. A consciência do *gap* do desenvolvimento é de tal maneira imanente nas elites dirigentes que este se tornou o verdadeiro *leitmotiv* da diplomacia brasileira contemporânea que, desde os anos 50 pelo menos, converteu-se, basicamente, numa “diplomacia do desenvolvimento” (ou ainda, numa verdadeira “economia política” do *rattrapage*).

Cabe ainda destacar que, mesmo no tradicional terreno do “poder”, a comparação não deixa de se imiscuir na reflexão sobre as relações internacionais do Brasil contemporâneo. Como sugeriu um estudioso do assunto, “a diplomacia acaba sempre por se defrontar com o problema da correlação de forças e das relações de poder”. Nesse sentido, a história diplomática brasileira poderia ser visualizada como desenvolvendo-se ao longo de dois eixos: “o das relações assimétricas ou desiguais e o das relações de relativa simetria ou semelhança de condições”.³² O primeiro eixo é o da interação com os parceiros mais poderosos dotados de grande diferencial de poder, enquanto o segundo caracterizaria a relação com nossos vizinhos sul-americanos. Como vimos por esses poucos exemplos o estudo das relações internacionais do Brasil é um empreendimento comparatista *par excellence*.

4 – As Fontes

Não dispomos, atualmente, de um estudo sistemático sobre as relações internacionais do Brasil, a despeito mesmo da existência de alguns trabalhos gerais de “história diplomática” e de uma quantidade apreciável de estudos de “política internacional” e de “relações exteriores” do Brasil, cobrindo períodos determinados. Aparentemente, mesmo no campo específico da história, estamos ainda

longe de um esforço que se poderia aproximar, de alguma forma, do excepcional empreendimento realizado, com uma certa ênfase na Europa, por Pierre Renouvin.

Cabe reconhecer, antes de mais nada, em que pese a existência de algumas boas exceções nesse terreno,³³ que o estudo das relações internacionais do Brasil há muito se ressentia da falta de um balanço crítico da bibliografia disponível sobre o assunto. Adverte-se, por outro lado, da necessidade de ser mudada a ênfase conceitual em que se basearam até aqui os estudos nessa área, deslocando o eixo analítico da tradicional “história diplomática brasileira”, com seu destaque excessivo nos “negócios do Estado”, para o terreno mais amplo das “relações internacionais” da nação em seu conjunto.

Com efeito, os trabalhos mais conhecidos no gênero — sejam os de finalidade essencialmente didática, como os manuais de Delgado de Carvalho e de Hélio Vianna, sejam os de cunho tradicional, como os de Pandiá Calógeras, que fez obra grandiosa e detalhada, embora restrita cronologicamente³⁴ — concentraram-se, essencialmente, nos processos de natureza estratégica ou diplomática da política externa “oficial” do Brasil, isto é, negociações políticas entre os poderes envolvidos, episódios militares, celebração de atos internacionais, atuação das Chancelarias e dos dirigentes do Estado, enfim aquilo que os representantes da chamada *École des Annales* designariam sob a rubrica *histoire événementielle*.

No âmbito da bibliografia de amplo espectro, a série *História Geral da Civilização Brasileira*, dirigida sucessivamente por Sérgio Buarque de Holanda e Boris Fausto, esforçou-se por incluir, com algumas exceções, capítulos sobre “relações internacionais” nos diversos livros da coleção, mas eles raramente possuem uniformidade analítica ou continuidade temporal.³⁵ O mesmo tipo de crítica é válido para outros trabalhos em livros de caráter

geral, como os dois textos que comparecem na antologia organizada por Carlos Guilherme Mota — baseados, diga-se de passagem, em fontes secundárias — ou as coletâneas dirigidas por Edgard Carone e Hélio Silva, que, embora respondendo a outros critérios, contêm valiosos documentos e materiais de referência sobre as relações internacionais durante o período republicano.³⁶

Em todo caso, do ponto de vista que nos interessa aqui, se o território específico do que se poderia chamar de “relações exteriores” parece estar hoje suficientemente mapeado, o continente “relações internacionais do Brasil” constitui, como se disse, uma espécie de *terra incógnita*, cuja exploração sistemática requer tanto um levantamento topográfico geral (que seria o seu balizamento metodológico) como descrições sucessivas de relevo (constituídas por estudos globais ou por monografias temáticas). Uma primeira síntese interpretativa pode significar, justamente, o fim da “pré-história” dessa disciplina no Brasil.

Em favor dessa idéia, pode-se argumentar que as fontes disponíveis sobre o assunto já foram amplamente identificadas graças às várias gerações de estudiosos que se dedicaram ao tema, cabendo, portanto, ao pesquisador sistemático trabalhar sobre esses materiais *non nova, sed nove*, isto é, não com novos aportes, mas de maneira nova. Sem dúvida que o esforço de exploração do terreno e de descrição das fontes e referências documentais recebeu uma contribuição excepcional de muitos historiadores e cientistas sociais, entre os quais se deve destacar o trabalho historiográfico conduzido por José Honório Rodrigues.³⁷

Na verdade, muito mais restaria por fazer, sobretudo no que se refere à mencionada correção de perspectiva, partindo da “história diplomática” para construir o *Gesamtbild* das “relações internacionais” do Brasil. Pode-se admitir, contudo, que o período compreendido entre a co-

lonização e meados do século XIX foi suficientemente explorado pela historiografia especializada para permitir-nos uma concentração maior na fase contemporânea. Com efeito, a ênfase excessiva dada pelos historiadores tradicionais aos quatro primeiros séculos de nossa história deixou a descoberto o período recente, a ponto de um especialista atual referir-se, como ex-aluno, à “Terra Prometida do século XX, uma espécie de miragem de que a interminável travessia pelos séculos XVIII e XIX não nos permitia tomar posse”.³⁸

Ao privilegiar os últimos 50 anos, por exemplo, verificaríamos que as fontes primárias são tão abundantes quanto, por vezes, inacessíveis. Muitas dessas fontes, no Brasil ou no exterior, encontram-se arroladas e descritas em catálogos bibliográficos e em publicações especializadas, podendo-se citar, a título de exemplo, o já referido livro de José Honório Rodrigues, *A Pesquisa Histórica no Brasil*. A dificuldade principal, aqui, é o grau de acessibilidade aos arquivos diplomáticos e governamentais, terreno no qual os critérios básicos variam bastante nos diversos países que tiveram maior densidade de relações com o Brasil. A tendência atual é, contudo, favorável a uma maior abertura aos pesquisadores independentes, mesmo no Brasil.

As fontes secundárias são também muito numerosas, além de crescentemente diversificadas, cabendo pois sua classificação segundo um plano temático adaptado ao esquema de trabalho selecionado. Não caberia, no contexto desta introdução metodológica, qualquer apreciação sobre os inúmeros trabalhos especializados que se vêm acumulando no período recente,³⁹ bastando observar, superficialmente, uma certa dependência da produção brasileira em relação a determinados modelos interpretativos em voga em cada momento da reflexão nacional sobre temas de política internacional (escolas, ou correntes, da geopolítica,

dependência, subimperialismo, interdependência etc.).⁴⁰

A documentação assim disponível permite, em princípio, a elaboração de um vasto panorama das relações internacionais do Brasil, segundo os critérios relativamente objetivos da pesquisa histórica e da interpretação sociológica. Esse trabalho deve, ademais, ser entendido como o resultado dos esforços coletivos de pesquisadores congregados em várias instituições universitárias, onde, no período recente, foram elaboradas contribuições intelectuais segundo os mais diversos horizontes da investigação acadêmica e da pesquisa propriamente profissional.⁴¹

A unidade analítica de um estudo interpretativo global sobre as relações internacionais do Brasil deve ser assegurada por meio de um entendimento mínimo sobre a periodização e os grandes eixos temáticos desse estudo. É o que tentamos oferecer na última parte deste ensaio.

5 – Periodização Temática

A elaboração de um estudo abrangente sobre as relações internacionais do Brasil implica, necessariamente, um mínimo de entendimento a respeito de uma periodização adequada, suscetível de definir os limites históricos desse tipo de exercício. A grande questão é saber se apenas as fases “independente” e “nacional”, tal como referidas na primeira seção deste trabalho, podem ser cobertas pela categoria “relações internacionais”, ou se a fase anterior, colocada sob o signo do estatuto “colonial”, também estaria compreendida nesse conceito.

As formações coloniais, como se sabe, não costumam ter política externa. Elas simplesmente não dispõem do atributo indispensável para tanto: um Estado nacional independente, em condições de exercer sua vontade soberana perante os outros atores do sistema internacional. Elas podem ter, no máximo, relações ex-

teriores, sempre pautadas e balizadas, é claro, pelo poder hegemônico que detém o controle de seus mecanismos de organização política e administrativa.

No entanto, as comunidades políticas introduzidas no devenir histórico na condição de formações sociais colonizadas — ou reduzidas a esse *status* por ulterior dominação externa — dependem mais, talvez, do que qualquer outra sociedade, do contexto externo. É no quadro da ordem internacional vigente a cada etapa de seu desenvolvimento histórico-social que essas formações se afirmam progressivamente enquanto nações individualizadas dotadas de características próprias, social, étnica e historicamente diferentes das demais unidades políticas do sistema internacional.

A determinação externa é ainda mais importante no caso das configurações histórico-culturais denominadas, na caracterização antropológico-evolutiva defendida por Darcy Ribeiro, de “povos novos”.⁴² Nas formações sociais extra-europeias dessa parte do “Novo Mundo” — que, em consequência de uma espécie de “pecado original” propriamente ibérico, nunca deixou de ser “periferia” do sistema internacional ao longo de toda a sua história —, as relações externas representam um elemento constitutivo da própria nacionalidade e determinam, por assim dizer, os contornos básicos de suas identidades nacionais respectivas: povo, território, administração política, organização social e estrutura econômica. Em virtude de que nessas configurações sociais o processo de *state-building* precedeu historicamente ao de *nation-making*,⁴³ a determinação externa inerente ao *status* colonial impregna todo o itinerário histórico de formação do Estado nacional independente.

Em outros termos, nas formações sociais dessa América *iberizada* — para empregar uma caracterização mais correta de cunho histórico-antropológico e não simplesmente o conceito habitual de

“América ibérica”, de natureza propriamente etnolingüística —, a nação emerge como o produto indireto do processo de constituição de estruturas políticas e administrativas estabelecidas pelas potências tutelares, surgindo o “Estado” como resultado imediato das “relações externas” que afetaram cada um dos territórios incorporados originalmente às suas respectivas esferas hegemônicas.

No que se refere ao Brasil, mais especificamente, a formação da nacionalidade sempre se colocou sob a dependência direta da ordem internacional — mediata e imediata — que presidiu, num longo processo multiforme, à delimitação de seu território, à constituição de suas fronteiras, à estruturação de sua economia, à conformação de seu povo e à lenta emergência de uma consciência nacional autônoma.

O Brasil só se constitui como Estado independente no alvorecer do século XIX, mas a formação social que lhe dá fundamento se forja gradualmente nos três séculos anteriores à conquista de sua autonomia política. É no passado colonial brasileiro que se constituíram, no dizer de Caio Prado Jr., “os fundamentos da nacionalidade”,⁴⁴ emergindo, no mesmo processo, aquilo que o historiador José Honório Rodrigues chamou de “aspirações nacionais”.⁴⁵ Estas seriam as seguintes: independência e soberania, integridade territorial, ocupação efetiva do território, unidade nacional, equilíbrio nacional em face dos regionalismos e desenvolvimento econômico e bem-estar. Em termos contemporâneos poder-se-ia, resumidamente, enfeixá-las na fórmula clássica: “desenvolvimento com soberania”.

Aceitas as considerações acima, parece claro que o que definimos como “relações internacionais do Brasil” deve ser entendido numa acepção bastante ampla, englobando inclusive os primórdios do descobrimento e a totalidade do período colonial, estendendo-se ainda ao

contexto internacional em que se situava a potência tutelar.

Resta, assim, propor algum tipo de organização da matéria-prima das relações internacionais do Brasil, com vistas a um tratamento racional dessa ampla problemática. Aqui, duas opções abrem-se ao pesquisador: adotar um enfoque essencialmente diacrônico ou um outro de natureza temática. O primeiro, linearmente cronológico, tem o mérito da simplicidade, tendo sido seguido nos trabalhos mais conhecidos de “história diplomática do Brasil”: seu principal defeito seria, talvez, o de alinhar uma série contínua de eventos relevantes sem se deter na consideração de determinados problemas de natureza estrutural.

O tratamento temático, adotado em diversos outros estudos de interpretação histórico-sociológica do Brasil, bem como, obviamente, em ensaios de natureza monográfica sobre a política externa brasileira, permite a discussão mais aprofundada de certos momentos-chave nas relações diplomáticas do Brasil, embora corra o risco de se afastar de uma visão de conjunto sobre o *continuum* histórico das relações internacionais do país. Ambas as abordagens são igualmente legítimas, atendendo a necessidades específicas e preferências pessoais — os já referidos *a priori*s weberianos — de cada pesquisador.

Caberia, assim, explorar uma terceira via, que seria a combinação do tratamento cronológico com a exploração temática de certos “momentos relevantes” no itinerário histórico das relações internacionais do país. Esse procedimento interpretativo permitiria encaixar o quadro conceitual aqui privilegiado — com o emprego das noções de “sistema internacional” ou de “hierarquia da ordem internacional”, entre outros conceitos já referidos — com a análise histórico-sociológica das relações internacionais do Brasil.

Uma primeira aproximação aos processos relevantes vinculados às relações

internacionais do Brasil, em cada uma das etapas de seu desenvolvimento histórico-social, foi feita na primeira parte deste trabalho. A periodização tripartite da história nacional ali formulada — eras colonial, independente e nacional — segue, grosso modo, aquela adotada em obras interpretativas de caráter geral, como a de Nelson Werneck Sodré, por exemplo.⁴⁶ Uma apresentação mais detalhada dos “temas fortes” teria de contemplar os grandes eixos de desenvolvimento das relações internacionais do país no quadro de sua “história geral”, como diria Pierre Renouvin, ou seja, no âmbito do “conjunto de circunstâncias de um momento dado ou de uma época”, elementos que estão na própria base do trabalho de reconstrução intelectual.

Antes mesmo de se considerar a fase colonial, aliás, caberia examinar os “primórdios” das relações internacionais do Brasil. As condições da época são dadas pelo deslanchar dos descobrimentos ultramarinos europeus, propiciado pela expansão marítima dos Estados ibéricos e pela afirmação do capitalismo mercantil nas principais cidades comerciais (geralmente portuárias) da Europa Ocidental. A fase dos descobrimentos africano-portugueses, a aventura colombina em direção das “Índias” — de procurar o Leste pelo Oeste — e o processo de transição da diplomacia pontifícia (consubstanciada, entre outros instrumentos internacionais “multilaterais”, nas bulas de “legitimação de posse”) para a prática da negociação direta entre poderes soberanos (como evidenciado em Tordesilhas, por exemplo) a partir do surgimento de Estados centralizados e de sistemas de governo mais burocratizados, marcam o próprio nascimento da diplomacia permanente, operando-se, portanto, uma mudança significativa na “técnica” das relações internacionais.⁴⁷

A era “colonial” das relações internacionais do Brasil compreenderia uma análise do funcionamento do próprio sistema colonial português — numa visão

comparada, preferentemente⁴⁸ —, o tratamento das principais questões atinentes às relações econômicas da metrópole e de sua colônia com as demais formações sociais engajadas no sistema mercantilista (o açúcar e as companhias de comércio, o problema da mão-de-obra e o tráfico africano, os fluxos de renda e de produtos etc.), bem como a consideração das invasões estrangeiras, da dinâmica territorial e populacional nos limites dos impérios ibéricos e seus reflexos em termos de tratados de limites (isto é, aqueles que modificaram sistematicamente o meridiano traçado em Tordesilhas). O estudo desse período se concluiria com uma análise da crise do sistema colonial, sob o impacto tanto do cenário “geopolítico” no Continente europeu, como do próprio movimento independentista que se desenhava a partir de uma matriz propriamente nativista, mas, também, com base em aportes ideológicos extraídos de raízes iluministas.

Segundo diversos autores de orientação marxista — como o já citado Nelson Werneck Sodré —, a era “independente” da história brasileira estender-se-ia, em termos cronológicos, desde o momento de consolidação da autonomia política da nação até o final da chamada República Velha, em 1930, quando então tem início a era propriamente “nacional”. Tal distinção de tipo qualitativo nos parece basicamente correta, tendo em vista as diretrizes de *public policy* “autocentradas” e fortemente “desenvolvimentistas”, que passam a caracterizar a orientação política global do Estado brasileiro — e, portanto, sua política exterior, igualmente — a partir da inauguração da era Vargas.

A fase “independente” começa, é óbvio, pelo processo de reconhecimento externo e de legitimação internacional do novo Estado, passa pela tentativa de afirmação de uma vocação hegemônica no contexto regional — como evidenciado nas diversas “questões platinas” em que o Brasil esteve envolvido, desde a época

do Reino Unido até quase os albores da República — e se conclui pela finalização da obra de demarcação dos limites fronteiriços do território nacional, já no quadro de uma política hemisférica marcada pela ambivalência entre a “relação especial” com o principal parceiro do Norte, os EUA, e a atitude de concorrência/hostilidade em face do grande vizinho do Sul, a Argentina.

As questões mais importantes do relacionamento externo do país nessa fase são, provavelmente, aquelas derivadas de sua inserção na divisão internacional do trabalho — numa posição que se manterá como basicamente primário-exportadora ao longo de todo o período — e do modo de seu relacionamento externo com as principais potências, participando do sistema de “equilíbrio de poderes” então em plena vigência político-diplomática. No primeiro bloco de questões, cabe destacar o problema essencial da “assimetria econômica” com os principais parceiros externos, tal como demonstrado, por exemplo, nos intensos debates parlamentares sobre os “tratados de comércio, amizade e navegação” e sobre as políticas de caráter “protecionista” (essencialmente de tipo tarifário) que caberia adotar para redefinir o padrão dessa inserção econômica internacional. São ainda relevantes, nesse contexto, os problemas de mão-de-obra (tráfico, trabalho escravo e imigração), dos capitais estrangeiros (fundamentalmente para fins de empréstimo, mas também para investimentos no setor terciário) e do relativo *aggiornamento* científico e cultural de uma elite “ilustrada” vivendo a contradição do monocultivo exportador e de um liberalismo “inglês” de fachada. A República trará poucas modificações a uma estrutura econômico-social essencialmente conservadora, a despeito mesmo de uma promissora experiência industrializadora, mas introduzirá novos princípios de política externa, como o pan-americanismo, por exemplo.

No segundo bloco de questões, relativas à inserção do país no “concerto de nações civilizadas”, pareceria evidente — pelo menos em retrospecto — que o relacionamento político e diplomático com as potências econômica e militarmente significativas não poderia se fazer em pé de igualdade, como a visão bacharelesca e jurisdicista das elites monárquicas e republicanas pretendeu, inútil e ilusoriamente, alimentar durante um amplo período. Desde as agruras do relacionamento com a Inglaterra vitoriana, passando pela participação algo frustrada nas conferências de paz de Haia, até a experiência humilhante da Liga das Nações, o Brasil viu-se confrontado com posturas externas que iam do desprezo e da soberbia ao que — mais tarde e em outro contexto — se chamaria de *benign neglect*. Cabe destacar, porém, que, mesmo num contexto cultural ainda fortemente “colonizado” ideologicamente, a “república dos bacharéis” não se afastará, grosso modo, da missão já desenhada pelas elites da “monarquia ilustrada” no sentido de buscar, incessantemente, afirmar os interesses nacionais no quadro de um sistema internacional fortemente discriminatório em relação a “potências menores”, nações anteriormente colonizadas ou, enfim, formações periféricas de uma forma geral.

A “era nacional” introduz no cenário das relações internacionais do Brasil o que se poderia chamar de “mudança de paradigma”. As alterações na correlação de forças sociais e na própria estrutura decisória do sistema político brasileiro, introduzidas pela Revolução de 1930 (e por seus desenvolvimentos subseqüentes), não poderiam, é claro, deixar de afetar a natureza do relacionamento externo do país, em escala ainda não experimentada até aquela conjuntura histórica. Embora a diplomacia brasileira continuasse, por um certo tempo mais, a se apoiar na tradição bacharelesca e jurisdicista vinda do século XIX e, sem embar-

go, as preocupações de seus quadros principais ainda estivessem marcadas por uma atitude “essencialmente ornamental e aristocrática” — para empregar a terminologia cunhada por Hélio Jaguaribe⁴⁹ —, é nessa fase que se passa de uma postura mais ou menos passiva em relação ao sistema internacional dominante para uma tentativa de inserção positiva, e portanto afirmativa, nos quadros da ordem mundial em construção.

A postura “elitista”, de princípio, em favor de uma política exterior de tipo “tradicional” ou a aceitação indiscutível de regras diplomáticas caracterizadas pelo “alinhamento incondicional” às teses do principal parceiro ocidental têm cada vez menos vigência no Brasil contemporâneo (basicamente, essas atitudes apenas se manifestam nos primeiros anos do pós-guerra e no seguimento imediato do movimento militar de 1964). A atitude “contemplativa” em relação aos EUA — partilhada igualmente pelos militares e pelas elites, de modo geral — cede lugar a uma diplomacia altamente profissionalizada, preocupada com a adaptação de seus instrumentos de ação a um mundo em rápida mutação, e instrumentalizada essencialmente para o alcance dos objetivos nacionais de desenvolvimento econômico.

As mudanças de ordem política, econômica e diplomática nas relações internacionais do país são tão variadas e de tal magnitude — tanto as surgidas internamente como as induzidas de fora —, que qualquer tentativa de levantamento das “questões relevantes” nessa fase recente da história nacional correria o risco de deixar de fora *issues* importantes de uma agenda externa crescentemente diversificada e extremamente complexa, seja no âmbito multilateral ou nos diversos planos bilaterais. Mencione-se, por obrigatoria, a questão nem sempre bem colocada da “opção” entre uma “política externa tradicional” — por definição “alinhada” — e uma “política externa inde-

pendente”, problema dramatizado por anos de enfrentamento bipolar no cenário geopolítico global. Superando, contudo, o invólucro “ideológico” da postura externa do país nesse período, e mesmo os diversos “rótulos” com os quais se procurou classificar a diplomacia da era “militar” — diplomacia da “prosperidade”, Brasil “grande potência”, “pragmatismo responsável”, diplomacia “ecumênica” etc. —, assume importância primordial, independentemente da postura política particular de cada governo diante dos desafios do cenário internacional, a questão do desenvolvimento econômico, verdadeiro *leitmotiv* da diplomacia brasileira contemporânea.

A política externa brasileira, desde os anos 50 pelo menos, foi basicamente uma política *econômica* externa, mesmo que problemas de ordem regional (rivalidade com a Argentina), de tipo político-ideológico (desafio insurrecional segundo o modelo “castrista”) ou de cunho social-humanista (direitos humanos, por exemplo) tenham ocupado um espaço significativo na agenda diplomática em momentos determinados desse período. Sem praticamente nenhum tipo de exceção, todas as grandes questões de política *interna* do país — industrialização, capital estrangeiro, política energética e de “segurança nacional” (começando pelo petróleo, passando pelo programa nuclear e chegando à política de informática), modernização tecnológica etc. — são também, e antes de mais nada, questões de política *externa* da nação.

São essas as temáticas — dívida externa, meio ambiente, exportação de artigos militares etc. —, acrescidas de algumas outras que delas derivam, que estão no centro das relações internacionais do Brasil contemporâneo e que, como tal, devem conformar o próprio *menu* de um estudo global das relações internacionais do país. Uma outra questão, mais recente, mas que faz parte igualmente da agenda econômica “externa” da nação,

veio a elas se juntar de forma permanente: a política de integração regional, em especial o processo de constituição de um mercado comum no Cone Sul americano.

Ainda que esta última *issue* diplomática tenha resultado, basicamente, de uma opção de *public policy* cuja natureza foi fundamentalmente política — e mesmo “geopolítica”, no bom sentido da palavra —, a decisão tomada, ao concluir-se o período militar, de encerrar a tradicional postura de conflito e concorrência com a Argentina para substituí-la por uma de cooperação e integração, representa, igualmente, um capítulo específico, ainda que inédito, da densa agenda brasileira no campo das relações econômicas internacionais. Trata-se de uma vertente, provavelmente a mais importante na atualidade, da já chamada “diplomacia do desenvolvimento”.⁵⁰

Assim como a industrialização e a modernização econômica do país foram perseguidas de maneira persistente, desde longas décadas, pela sociedade em seu conjunto, a integração regional passa a fazer parte do horizonte histórico futuro da nacionalidade. Num mundo em rápida mutação, com cenários geopolíticos e geoeconômicos ainda não totalmente claros, a opção de política regional adotada pelo Brasil passa a conformar um dos pontos mais importantes de sua agenda internacional. Como tal, essa questão deve figurar em posição de destaque em qualquer pesquisa que se empreenda doravante sobre as relações internacionais do Brasil.

Finalmente, nenhum estudo das relações internacionais do Brasil poderia descurar da perspectiva propriamente totalizadora — e “primariamente” comparatista —, consistindo em pensar sua inserção num sistema internacional cujas bases de funcionamento estão em processo de transformação acelerada. Não está ainda totalmente claro que estrutura de tomada de decisões políticas, em âm-

bito mundial, e que conformação precisa, em termos do sistema hierarquizado (ainda que segundo novos princípios), terá a ordem emergente atual, que passa a substituir o cenário bipolarizado enterrado, ao mesmo tempo em que se cobre de terra o caixão do socialismo mundial.

Em todo caso, essa “nova ordem” já não mais consistirá, apenas, de duas superpotências, algumas potências médias e vários Estados “emergentes”. Os fenômenos de “globalização” — não apenas restritos à internacionalização dos circuitos produtivos — e de “regionalização” — com a formação de blocos econômicos e políticos em diversas regiões do planeta — prometem introduzir novas variantes nos modelos até aqui conhecidos de sistemas internacionais, tais como referidos anteriormente: o modelo dos impérios universais, o das cidades-Estado comerciais e o do moderno sistema de Estados.

O cenário histórico futuro indica, previsivelmente, que o estudioso das relações internacionais de um país como o Brasil terá de trabalhar, durante um certo tempo ainda, com os conceitos de “Estado periférico” e de “potência média”. Ainda assim, o padrão de relacionamento de um Estado desse tipo com os atores principais do sistema internacional, bem como o peso específico de nações “periféricas” na estrutura do poder mundial sofrerão mudanças significativas na direção do ano 2000. Nesse sentido, uma reflexão comparada, como a que aqui se propõe, sobre as tendências de desenvolvimento dos Estados médios, com base nos elementos de análise já disponíveis, poderá contribuir para uma melhor compreensão da agenda diplomática de um país-continente como o Brasil.

A pretensão legítima de todo trabalhador intelectual, desde Platão e Maquiavel até os mais “modernos” conselheiros do Príncipe, é a de que seu esforço interpretativo possa conduzir a um melhor diagnóstico da realidade e, a partir daí, à conformação de um guia ra-

zoavelmente eficaz para a ação política dos dirigentes do Estado. O presente trabalho não tem, obviamente, objetivos prescritivos, mas o esforço do autor terá sido recompensado se, seguindo a modesta receita proposta há mais de meio século por Marc Bloch, ele contribuir para a tarefa de, mais do que encontrar todas as respostas relativas aos desafios do desenvolvimento brasileiro, levantar todas as questões “internacionais” pertinentes ao alcance desse grande objetivo nacional.

(Recebido para publicação em novembro de 1990)

NOTAS

- 1 Ver Marc Bloch, *Les Caractères Originaux de l'Histoire Rurale Française*, Paris, Armand Colin, 1964, tomo I, p. vii. No prefácio à edição de 1988 dessa “synthèse provisoire et provocante”, o historiador Pierre Toubert recoloca essa obra pioneira de Bloch não apenas no quadro da recente historiografia francesa, mas na perspectiva da historiografia européia contemporânea.
- 2 Marc Bloch, *La Société Féodale*, Paris, Éditions Albin Michel, 1978. Sobre a obra de Bloch, ver a “biografia intelectual” de Carole Fink, *Marc Bloch: A Life in History*, Cambridge, Cambridge University Press, 1989. Ver também Peter Burke, *A Revolução Francesa da Historiografia: A Escola dos Annales, 1929-1989*, São Paulo, Editora Universidade Estadual Paulista, 1991, pp. 34-7.
- 3 Essa famosa frase é retirada do prefácio ao seu livro *Histórias das Nações Latinas e Germânicas a partir de 1494-1514*: “À História se atribuiu o dever de julgar o passado, de instruir nossos tempos para o benefício dos anos futuros. Este ensaio não aspira a tão nobre dever, ele apenas pretende mostrar como ela aconteceu realmente — *wie es eigentlich gewesen*.” Cf. “Leopold von Ranke”, in Peter Gay e Victor G. Wexler, *Historians at Work*, Nova Iorque, Harper & Row, 1975, vol. III: *Niebuhr to Maitland*, p. 16.
- 4 Como salientado pelo próprio Weber, na parte I de *Economia e Sociedade*, a sociologia se diferencia da historiografia pela sua ênfase relativa em “conceitos-tipo e nas uniformidades gerais do processo empírico”, em contra-

- posição à "análise causal" e à "imputação de ações, de formações de personalidades individuais que se revistam de uma importância cultural" praticadas na pesquisa histórica. Ver *Wirtschaft und Gesellschaft* consultado em sua edição italiana, *Economia e Società*, Milão, Edizione di Comunità, 1980, 1ª parte: Teoria delle Categorie Sociologiche, p. 17. Para uma introdução ao estudo da *Verstehen* na obra de Weber, ver Fred R. Dallmayr e Thomas A. McCarthy, eds., *Understanding and Social Inquiry*, Notre Dame, Ind., University of Notre Dame Press, 1977, 1ª parte: "Max Weber on *Verstehen*", pp. 19-23.
- 5 François Furet, "I Metodi delle Scienze Sociali nella Ricerca Storica e la 'Storia Totale'", in Pietro Rossi, org., *La Teoria della Storiografia Oggi*, Milão, Il Saggiatore, 1983, pp. 117-40. Cf. p. 129.
 - 6 O conceito introduzido desde os anos 30 pelo historiador francês foi desenvolvido na grandiosa obra em vários volumes que ele dirigiu nos anos 50. Ver Pierre Renouvin, ed., *Histoire des Relations Internationales*, Paris, Librairie Hachette, 1953-1958. Para uma discussão geral da obra de Renouvin, ver o artigo de S. William Halperin, "Pierre Renouvin", in S. William Halperin, ed., *Essays in Modern European Historiography*, Chicago, The University of Chicago Press, 1970, pp. 243-65.
 - 7 Cf. Pierre Renouvin, "Introduction Générale", in François L. Ganshof, *Histoire des Relations Internationales*, Paris, Librairie Hachette, 1953, tomo I: *Le Moyen Age*, pp. vii-xvii. Cf. pp. xv-xvi.
 - 8 Por acaso, nos aproximamos aqui dos subtítulos utilizados na trilogia de ensaios editados por Pierre Nora e Jacques Le Goff, *Faire de l'Histoire*, I: *Nouveaux Problèmes*, II: *Nouvelles Approches*, III: *Nouveaux Sujets*, Paris, Gallimard, 1974. Ver, particularmente, para um debate mais próximo dos problemas abordados no presente ensaio as contribuições de Pierre Chaunu, "A Economia: Ultrapassagem e Prospectiva" e de Jacques Julliard, "A Política", no 2º volume da edição brasileira: Jacques Le Goff e Pierre Nora, orgs., *História: Novas Abordagens*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976, pp. 40-58 e 180-96.
 - 9 Sobre a posição metodológica de Max Weber, ver o ensaio publicado originalmente na revista *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*, "Die 'Objektivität' Sozialwissenschaftlicher und Sozialpolitischer Erkenntnis", consultado na edição italiana: "L' 'Oggettività' Conoscitiva della Scienza Sociale e della Politica Sociale", in Max Weber, *Il Metodo delle Scienze Storico-Sociali*, Turim, Einaudi-Mondadori, 1980, pp. 53-141.
 - 10 Cf. Celso Luiz Nunes Amorim, "Alguns Problemas de Metodologia no Estudo das Relações Internacionais", *Textos de Aula*, Brasília, Centro de Documentação Política e Relações Internacionais, UnB, s.d., pp. 3-4.
 - 11 *Idem*, p. 6.
 - 12 Vide, para a caracterização, a famosa obra de K. M. Panikkar, *Asia and Western Dominance: A Survey of the Vasco Da Gama Epoch of Asian History, 1498-1945* (1ª ed. 1953), Londres, George Allen and Unwin, 1974.
 - 13 Pode-se tomar essa noção de "paradigma" em seu sentido "kuhniano", isto é, como uma série de supostos teóricos não questionados, embora esse conceito, concebido a partir das ciências exatas, não se aplique da mesma maneira às ciências humanas. Ver Thomas Khun, *The Structure of Scientific Revolutions*, consultado em sua edição francesa, *La Structure des Révolutions Scientifiques*, Paris, Flammarion, 1983.
 - 14 Ver Luigi Bonanate, "Introduzione", in Luigi Bonanate e Carlo M. Santoro, orgs., *Teoria e Analisi nelle Relazioni Internazionali*, Bologna, Il Mulino, 1986, 1ª parte: "La Teoria Contemporanea delle Relazioni Internazionali", pp. 13-49. Cf. pp. 25-6; grifos meus.
 - 15 Ver Immanuel Wallerstein, *The Modern World System*, Nova Iorque, Londres, Academic Press, 2 vols., 1974 e 1980.
 - 16 Perry Anderson, *Lineages of the Absolutist State*, Londres, New Left Books, 1976; edição brasileira, *Linhagens do Estado Absolutista*, São Paulo, Brasiliense, 1985.
 - 17 Paul M. Kennedy, *The Rise and Fall of Great Powers: Economic Change and Military Conflict from 1500 to 2000*, Nova Iorque, RandomHouse, 1987.
 - 18 Cabe referir-se, antes de mais nada, ao clássico *Méditerranée*, mas sobretudo à trilogia *Civilisation Matérielle, Economie et Capitalisme, XV-XVIII Siècles*, Paris, Armand Colin, 1979.
 - 19 Como bem lembra Braudel, a "economia-mundo" não é propriamente "internacional",

- mas restrita a uma determinada região do espaço econômico mundial, onde se encontram estruturados "círculos concêntricos" de um "centro" e diversas "periferias". Ver a esse respeito, *idem*, tomo 3: *Le Temps du Monde*.
- 20 Para um exemplo precoce de "história-mundo" aplicada às relações internacionais, ver o manual de Ekkehart Krippendorff, *Internationales System als Geschichte: Einführung in die Internationale Beziehungen*, Frankfurt, Campus Verlag, 1975, consultado em sua edição em espanhol, *El Sistema Internacional como Historia: Introducción a las Relaciones Internacionales*, México, Fondo de Cultura Económica, 1985. O mesmo autor oferece uma introdução sistemática à "história" e à "economia política" do sistema internacional em outra obra didática: *Las Relaciones Internacionales como Ciencia: Introducción* (edição original alemã 1977), México, Fondo de Cultura Económica, 1985.
 - 21 Cabe referir-se novamente à nota 19, supra.
 - 22 Sobre o conceito de "tempo mundial" remetemos a Wolfram Eberhard, *Conquerors and Rulers: Social Forces in Medieval China*, Leiden, Brill, 1965; Reinhard Bendix, *State and Society: A Reader in Comparative Political Sociology*, Berkeley, University of California Press, 1973, "Introdução". Ver também o 3º volume da obra de Fernand Braudel, *Economie, Civilisation...*, *op. cit.*, referida na nota 19, supra, cujo título é o próprio conceito aqui mencionado; Immanuel Wallerstein, *The Modern World...*, *op. cit.*
 - 23 Para um primeiro levantamento sistemático dos trabalhos de história diplomática e de política externa brasileira, ver Zairo Borges Cheibub, *Bibliografia Brasileira de Relações Internacionais e Política Externa*, Rio de Janeiro, IUPERJ, 1981, mimeo. Os temas mais importantes de discussão são enfocados em Maria Regina Soares de Lima e Zairo Borges Cheibub, *Relações Internacionais e Política Externa Brasileira: Debate Intelectual e Produção Acadêmica*, Rio de Janeiro, IUPERJ, 1983, mimeo. A produção acadêmica também reflete as grandes tendências da política externa brasileira, como demonstra Gelson Fonseca Júnior, "Estudos sobre Política Externa no Brasil: Os Tempos Recentes (1950-1980)", in Gelson Fonseca Júnior e Valdemar Carneiro Leão, orgs., *Temas de Política Externa Brasileira*, Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão/Editora Ática, 1989, pp. 275-83.
 - 24 Os melhores exemplos são: Pedro S. Malan, Regis Bonelli, Marcelo de P. Abreu e José Eduardo de C. Pereira, *Política Econômica Externa e Industrialização no Brasil (1939/52)* (2ª ed.), Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1980; Pedro S. Malan, "Relações Econômicas Internacionais do Brasil (1945-1964)", in Boris Fausto, org., *História Geral da Civilização Brasileira*, III: *O Brasil Republicano*, 4º vol.: *Economia e Cultura (1930-1964)* (2ª ed.), São Paulo, Difel, 1986, pp. 51-106; Marcelo de P. Abreu, "Brazil and the World Economy, 1930-1945", Ph.D. Dissertation, University of Cambridge, 1977.
 - 25 Os textos mais conhecidos nessa área são, evidentemente, os de Caio Prado Jr., *História Econômica do Brasil*, São Paulo, Brasiliense e de Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, ambos com diversas edições. Antes restrita a alguns pioneiros, como J.F. Normano e Roberto Simonsen, a bibliografia na área estrita da história econômica aumentou de maneira significativa no período recente, o que deve fornecer uma boa base documental para o estudo das relações internacionais do Brasil sob essa perspectiva.
 - 26 Cf. Ekkehart Krippendorff, *Las Relaciones Internacionales...*, *op. cit.*, p. 23; grifos meus.
 - 27 Émile Durkheim, *De la Division du Travail Social* (1893), apud Neil J. Smelser, *Comparative Methods in the Social Sciences* (1976), consultado na edição italiana, *La Comparazione nelle Scienze Sociali*, Bolonha, Il Mulino, 1982, pp. 40-1.
 - 28 Cf. Morris Zelditch, "Intelligible Comparisons", in Ivan Vallier, ed., *Comparative Methods in Sociology: Essays on Trends and Applications*, Berkeley, University of California Press, 1972, pp. 267, 307, esp. p. 269.
 - 29 Como escreveu o famoso sociólogo norte-americano, "Cada ciência social — ou melhor, cada estudo social considerado sério — requer uma dimensão histórica e um uso pleno de materiais históricos". Cf. C. Wright Mills, *The Sociological Imagination*, Nova Iorque, Oxford University Press, 1959, p. 145. Ver a edição brasileira: *A Imaginação Sociológica*, Rio de Janeiro, Zahar, 1980, pp. 232 e 241-2. Para uma brilhante exposição sobre a teoria, os métodos e os problemas da sociologia histórica, ver o "manual" de Philip Abrams, *Historical Sociology*, consultado na edição italiana, *Sociologia Storica*, Bolonha, Il Mulino, 1983. Uma boa resenha crítica sobre a aplicação da sociologia histórica na obra de nove

grandes *scholars* comparatistas (incluindo Bloch, Bendix, Anderson, Wallerstein e Barrington Moore) encontra-se em Theda Skocpol, ed., *Vision and Method in Historical Sociology*, Cambridge, Cambridge University Press, 1984. Essa mesma autora, discípula de Barrington Moore Jr., já tinha oferecido, num estudo de sociologia histórica comparada sobre algumas revoluções sociais, um brilhante exemplo de incorporação da dimensão internacional ao estudo das transformações políticas em determinadas formações sociais. Ver *States and Social Revolutions: A Comparative Analysis of France, Russia and China*, Cambridge, Cambridge University Press, 1981.

- 30 A expressão é de H. Hoffding, *Der Begriff der Analogie*, apud Luciano Canfora, *Analogia e Storia: l'Uso Politico dei Paradigmi Storici*, Milão, Saggiatore, 1982, pp. 26-7.
- 31 *Idem*, pp. 24-5. Todo o primeiro capítulo dessa obra muito instrutiva é particularmente interessante: "L'Analogia come Forma della Comprensione Storica", pp. 11-36.
- 32 Cf. Rubens Ricupero, "Introdução", in *Ensaio de História Diplomática do Brasil, 1930-1986*, *Cadernos do IPRI*, Brasília, nº 2, Fundação Alexandre de Gusmão, 1989, p. 11.
- 33 Pensamos sobretudo nos já citados trabalhos de Cheibub e Lima, cujas referências bibliográficas encontram-se na nota 23, supra.
- 34 Delgado de Carvalho, *História Diplomática do Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1959; Helio Vianna, *História Diplomática do Brasil* (1ª ed. 1958), São Paulo, Melhoramentos, s.d.; Pandiá Calógeras, *A Política Exterior do Império*, I: *As Origens*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1927; II: *O Primeiro Reinado*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1928; III: *Da Regência à Queda de Rosas*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1933.
- 35 Ver Sérgio Buarque de Holanda e Boris Fausto, orgs., *História Geral da Civilização Brasileira*, São Paulo, Difel, 3 tomos, 9 vols., várias edições; essa coleção, organizada segundo o modelo da *Histoire Générale des Civilisations*, publicada sob a direção de Maurice Crouzet (1953-1957), manifesta uma preocupação específica com as grandes tendências estruturais nos campos econômico e político, mas comporta, ainda assim, bons exemplos de estudos sobre a política externa e as relações internacionais do Brasil, como o já citado trabalho de Malan sobre as relações

econômicas internacionais no pós-guerra. Ver nota 24, supra.

- 36 Vide Jaime Pinsky, "O Brasil nas Relações Internacionais: 1930-1945" e Nilo Odalia, "O Brasil nas Relações Internacionais: 1945-1964", in Carlos Guilherme Mota, org., *Brasil em Perspectiva*, São Paulo, Difel, 1977, pp. 337-49 e 350-67; Edgard Carone, diversos volumes de textos sobre o período republicano, São Paulo, Difel; Hélio Silva, ciclo: "A Era de Vargas", Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- 37 Ver, entre outros trabalhos historiográficos de José Honório Rodrigues, *Teoria da História do Brasil: Introdução Metodológica*, São Paulo, Companhia Editora Nacional/MEC, 1978; *A Pesquisa Histórica no Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional/MEC, 1979; e *História da História do Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional/MEC, 1979.
- 38 Cf. Rubens Ricupero, "Introdução", *Ensaio de História...*, *op. cit.*, p. 9.
- 39 Ver os trabalhos bibliográficos de Zairo B. Cheibub e Maria Regina S. de Lima, citados na nota 23, supra.
- 40 Ver a respeito, o citado artigo de Gelson Fonseca Júnior, "Estudos sobre Política Externa no Brasil...", *op. cit.*, também referido na nota 23.
- 41 A atividade acadêmica no campo da pesquisa em relações internacionais no Brasil aumentou significativamente nos últimos anos. Para uma apresentação geral a esse respeito, ver Alexandre Barros, "El Estudio de las Relaciones Internacionales en Brasil", in Rubem M. Perina, org., *El Estudio de las Relaciones Internacionales en America Latina y el Caribe*, Buenos Aires, Grupo Editor Latinoamericano, 1985, pp. 49-69.
- 42 Cf. Darcy Ribeiro, *O Processo Civilizatório e As Américas e a Civilização*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968 e 1970, respectivamente. Para um resumo da tipologia cultural de Darcy Ribeiro e uma caracterização do caso brasileiro, ver *Propuestas acerca del Subdesarrollo — Brasil como Problema*, Montevideu, Libros de la Pupila, 1969.
- 43 O conceito de *state-building*, na literatura especializada de política comparada está geralmente associado ao processo de unificação política nacional e refere-se, mais especificamente, ao desenvolvimento de uma burocracia centralizada e eficiente, capaz de

aumentar significativamente as capacidades reguladora e extrativa do sistema político em causa. Já a noção de *nation-making* enfatiza os aspectos culturais do desenvolvimento histórico e social num determinado país, caracterizando o processo pelo qual as pessoas transferem sua devoção e lealdade das pequenas comunidades e vilas para um sistema político central muito mais amplo, geralmente de tipo impessoal. Para uma teoria sistêmica dessa problemática, a despeito de uma visão marcadamente estrutural-funcionalista, ver o livro de Gabriel A. Almond e G. Brigham Powell Jr., *Comparative Politics: A Developmental Approach*, Boston, Little Brown and Co., 1966.

- 44 Cf. Caio Prado Jr., *Formação do Brasil Contemporâneo — Colônia*, São Paulo, Brasiliense, 1979, p. 10.
- 45 Ver José Honório Rodrigues, *Aspirações Nacionais: Interpretação Histórico-Política*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970.
- 46 Ver, por exemplo, seu manual de vulgarização mais conhecido: *Introdução à Revolução Brasileira*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.
- 47 Tratei dessa questão em recente trabalho,

apresentado no VI^o Encontro Regional de História, Montevideu, 21-23 de setembro de 1991: "1492 e o Nascimento da Moderna Diplomacia", texto a ser publicado nos *Anais* do referido simpósio e, no Brasil, na *Revista Brasileira de Política Internacional*, nº XXXIV, 1991.

- 48 Uma tal abordagem pode ser facilitada pelo recurso a obras de amplo espectro, oferecendo uma certa unidade metodológica no tratamento de capítulos específicos, como é o caso, por exemplo, da série editada por Leslie Bethell, *The Cambridge History of Latin America*, Cambridge, Cambridge University Press, vol. I (era colonial), 1984.
- 49 Cf. Hélio Jaguaribe, *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira*, Rio de Janeiro, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1958, 3ª parte, pp. 226-7.
- 50 Para um texto didático, conciso, mas denso, sobre essa questão, ver Rubens Ricupero, "A Diplomacia do Desenvolvimento", in João Hermes Pereira de Araújo, Marcos Azambuja e Rubens Ricupero, *Três Ensaios de Diplomacia Brasileira*, Brasília, Ministério das Relações Exteriores, 1989, pp. 193-209.

Resumo

Relações Internacionais do Brasil: Introdução Metodológica a um Estudo Global

O presente ensaio discute alguns problemas metodológicos relacionados com o estudo abrangente das relações internacionais do Brasil, suscetível de combinar, de maneira interdisciplinar, os aportes da história, da economia, do direito, da ciência política e da sociologia na abordagem das questões temáticas mais importantes nessa área. O enfoque proposto busca apreender o processo de desenvolvimento histórico-político e econômico-social do país no contexto do sistema internacional existente em cada época. São os seguintes os problemas teóricos considerados relevantes para a condução desse estudo:

o tema propriamente dito; os conceitos a serem utilizados; os diferentes métodos para a reconstrução intelectual das relações internacionais do Brasil segundo a perspectiva da sociologia histórica, com ênfase especial na abordagem comparatista; bem como a natureza das fontes disponíveis aos pesquisadores. O autor discute alguns problemas de periodização e sugere a combinação de uma abordagem cronológica, do tipo histórico "tradicional", com o tratamento temático das questões mais relevantes da "agenda" internacional do Brasil, da fase colonial ao presente.

Abstract

Brazilian International Relations: A Methodological Introduction to a Global Study

This essay discusses some methodological problems related to the study, in a wide scope, of the international relations of Brazil, susceptible of combining, in an interdisciplinary manner, the approaches of history, economy, law science, political science and sociology in dealing with the most important themes in that area. The approach proposed tries to apprehend the process of the historical-political and the socio-economic development of the country in the context of the international system existing in each epoch. The following theoretical problems are considered the most relevant for the conduction of this study:

the theme in itself; the concepts to be used; the different methods for the intellectual reconstruction of the international relations of Brazil according to the perspective of the historic sociology, with an special emphasis in the comparative approach; and finally the nature of the sources available to the researchers. The author discusses some problems which refer to the establishment of periods of time and suggests the combination of a chronological approach, of the "traditional" historic type, with thematic treatment of the most relevant questions of the international "agenda" of Brazil, from the colonial phase to the present.

Resumé

Les Relations Exterieures du Brésil: Introduction Méthodologique a une Étude Globale

Cet essai fait état de certains problèmes méthodologiques surgis dans le cadre d'une vaste étude interdisciplinaire sur les relations extérieures brésiliennes qui, unissant les données fournies par l'histoire, l'économie, le droit, les sciences politiques et la sociologie aborde les plus importantes questions thématiques liées à ce domaine. L'auteur propose une perspective d'analyse qui s'efforce d'appréhender le processus historico-politique et socio-économique selon lequel le Brésil s'est développé dans le contexte du système international en vigueur à chaque époque. Les problèmes théoriques qu'il considère importants pour la conduite de cette étude sont les suivants:

le thème à proprement parler; les concepts à être utilisés; les différentes méthodes visant à permettre de reconstituer (dans la perspective propre à la sociologie historique et en mettant particulièrement en valeur l'approche comparatiste) les relations internationales du Brésil, et, finalement, la nature des sources de recherche disponibles. Il analyse également quelques problèmes liés à la périodisation et se propose de combiner une approche chronologique de type historique "traditionnel" avec le traitement thématique des principales questions qui, depuis l'époque coloniale jusqu'à nos jours ont fait partie de l'"agenda" international du Brésil.